

Resumo (Direito)

O DIREITO CONSTITUCIONAL À EDUCAÇÃO E O ENSINO FUNDAMENTAL NA CIDADE DE ARIQUEMES, ESTADO DE RONDÔNIA

<https://doi.org/10.31072/rcf.v9iedespdir.713>

Catia Raquel Pontes Godoy dos Santos

Discente do Curso de Direito da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA. E-mail: catinhagodoy@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4955-0885>.

Kenia Dias dos Santos Matos Menezes

Discente do Curso de Direito da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA. E-mail: kenia_romullo@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2240-2396>.

Laryssa da Costa Barros

Discente do Curso de Direito da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA. E-mail: laryssabarras59@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9544-1180>.

Luciene José Viana França da Silva

Discente do Curso de Direito da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA. E-mail: lucynhaviana@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3958-5985>.

Lorena Souza Klaus

Discente do Curso de Direito da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA. E-mail: loreklaus15@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4505-6425>.

Patricia da Silva Costa

Discente do Curso de Direito da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA. E-mail: patriciacostass8@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1483-5936>.

Copyright⁹:

Submetido em: 01 dez. 2018. Aprovado em: 05 dez. 2018. Publicado em: 15 dez. 2018.
E-mail para correspondência: catinhagodoy@hotmail.com.

Palavras-chave:

Direito à educação
Ensino
fundamental
Políticas públicas
Ariquemes

RESUMO: Assegurado na Carta da República de 1988 como um direito fundamental, a educação se nivela como um dever estatal a ser prestado igualmente a todos, portanto, o acesso ao conhecimento básico e as capacitações devem ser fornecidos de forma regular e organizado, tal porque destaca-se como dever o fornecimento de uma estrutura adequada para cumprir o princípio da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Dentro desse quadrante constitucional, o propósito desse trabalho foi analisar as políticas públicas existentes no ensino fundamental do Município de Ariquemes/Rondônia, a fim de conhecer e de identificar as estratégias que o citado município utiliza para a efetivação do direito constitucional à educação nos seus limites. Destarte, a pesquisa detectou que as políticas públicas educacionais desenvolvidas no Município de Ariquemes são apenas aquelas desenvolvidas por meio de parcerias com a União, o estado de Rondônia e/ou Instituições do Terceiro setor. A competência municipal, de acordo com o artigo 30 da Constituição Federal, não cuida de um significado comum, no sentido jurídico da palavra, ou seja, uma habilidade pessoal ou institucional podendo fazer algo em virtude da autoridade legalmente

⁹ Atribuição CC BY: Este é um artigo de acesso aberto e distribuído sob os Termos da *Creative Commons Attribution License*. A licença permite o uso, a distribuição e a reprodução irrestrita, em qualquer meio, desde que creditado as fontes originais.

concedida para discernir e deliberar a respeito de problemas, dentro de suas prerrogativas legais. Conseqüentemente, a competência municipal está vinculada a criar e a administrar políticas para garantia da eficácia do direito à educação, partindo de uma cooperação técnica e financeira entre os entes da federação. Não obstante, a realidade do ensino fundamental local, desponta também para a urgente necessidade de participação mais efetiva da sociedade, isso porque além de previsto na Carta Maior, a cooperação da sociedade evolui o sistema educacional em nível cultural e contribui para a qualidade de vida das pessoas, avançando para o desenvolvimento do município. Para tanto, o método utilizado foi o dedutivo, através da pesquisa bibliográfica e documental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 21 nov. 2018.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 12 nov. 2018.

CIPRIANO, Aparecido Donizete Alves. A trajetória político-histórica normativa do sistema Municipal de Ensino de Barretos/SP (1996 a 2016): o papel do legislativo na implementação de programas e políticas públicas educacionais. Dissertação de Mestrado

apresentada ao Programa de pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara. 2018. Disponível em: http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/4546.pdf. Acesso em 12 nov. 2018

TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 15. ed. São Paulo. Saraiva. 2017.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em 09 nov. 2018.

Como citar (NBR 6023)

DOS SANTOS, C. R. P. G.; MENEZES, K. D. S. M.; BARROS, L. C.; DA SILVA, L. J. V. F.; KLAUS, L. S.; COSTA, P. S. O ensino fundamental da cidade de Ariquemes: um olhar sobre o direito constitucional à educação. *Rev Cient Fac Educ e Meio Ambiente*, Ariquemes, v. 9, n. edespdir, p. 642-643, 2018. doi: <https://doi.org/10.31072/rcf.v9iedespdir.713>.